



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nº. 2/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Presidente da Câmara conhecimento da recente reunião havida no Ministério da Educação tendo em vista encontrar uma solução para a realização das obras de requalificação da Escola Secundária, afirmando que a mesma foi positiva, e que já se efetivou uma visita de Técnicos da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para fazer um levantamento da situação das mesmas instalações, tendo verificado empenho na sua resolução.

Informou igualmente da agendada visita, no próximo dia 23, do Sr. Secretário Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), ao Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalves, no âmbito da Reserva da Biosfera da Unesco.

O Sr. Vereador David Marques deu conhecimento da realização das comemorações do 3º. Aniversário do Pólo dos Aivados do Museu da Ruralidade e da preparação em curso do Festival Entrudanças, em parceria com a Associação Pé-de-Chumbo.

Apresentou o Sr. Vereador Francisco Duarte os seguintes requerimentos, subscritos igualmente pelo Sr. Vereador António João:

Assunto: “Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde (2):

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, tomaram conhecimento, através de notícia publicada no site do Município com data de 12/01/2018 que o senhor presidente da Câmara tinha reunida com a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação no passado dia 10 de Janeiro de 2018.

Questionamos: Nessa reunião foi dado conhecimento ao senhor presidente da Câmara das propostas apresentadas pela Autarquia em princípios de 2017 e dos entendimentos preliminares a que as partes chegaram?

Na mesma notícia é anunciada a realização de uma reunião/visita à escola com técnicos da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, técnicos da Autarquia e o senhor presidente, para “fazer uma primeira avaliação e avançar com o desenvolvimento do processo de requalificação da Escola.”

A reunião ter-se-á realizado no passado dia 15. Compreendemos que a primeira avaliação (o designado “Programa Funcional de Referência”) ainda não esteja concluída. Mas recordamos, para quem talvez desconheça, que um diagnóstico muito detalhado sobre as condições físicas da Escola já tinha sido elaborado há algum tempo e está disponível na ex-Direção Regional de Educação do Alentejo.

Neste quadro, questionamos: Para este diagnóstico, estão a ter em consideração apenas as características físicas do edifício “Escola Secundária de Castro Verde” e do respetivo mobiliário e equipamento (as patologias de que padece e seu grau de degradação) para, a partir daí, definir o que é necessário fazer?

Ou, se pelo contrário e numa visão mais abrangente, estão a ter em conta, estão a considerar o conjunto do Parque Escolar da Vila de Castro Verde? (É bom não esquecer que a “Escola Secundária”, de secundária só lhe ficou o nome: desde há longos anos nela estão a funcionar, cumulativamente, parte do 3º ciclo do Ensino Básico, os Cursos Profissionais, parte do PIEF, etc.)

Ou ainda, se pelo contrário e numa visão mais abrangente, estão a ter em conta, em simultâneo, outras variáveis tais como as perspetivas de evolução do número de alunos, as características e necessidades da atual oferta formativa e das suas perspetivas de curto e médio prazo, a evolução dos métodos e práticas educativas, etc.)?

E, para finalizar, perguntamos: Quais os passos subsequentes às conclusões desta Visita/reunião e aos resultados da avaliação e a respetiva calendarização detalhada?”

A mesma notícia do Site do Município acrescenta: “Cumpridos os passos iniciais, o objetivo é que, durante o ano corrente, seja possível avançar solidamente com o concurso público para a realização das obras necessárias:

Como é sabido, antes das obras é necessário elaborar os respetivos projetos.

Quem vai elaborar os termos de referência, programa de concurso e caderno de encargos, lançar o concurso e adjudicar a conceção dos projetos?

Só depois se poderá pensar em obras.

É na realidade “um processo de negociação difícil e exigente”. Só quem não tem a mínima noção do que é gerir uma Câmara Municipal é que pensa que não é preciso estudar e trabalhar muito para encontrar as melhores soluções e que as coisas se resolvem sozinhas.

Ficamos a aguardar, com a brevidade que todos desejamos, as respostas às questões suscitadas, mas deste já duvidamos do vosso conhecimento, competência e sobretudo visão de futuro para encontrar as melhores soluções que resolvam a curto prazo as deficiências existentes e simultaneamente garantam as melhores condições de ensino e aprendizagem no FUTURO para todas as crianças e jovens do nosso concelho.

Para terminar, queremos rebater firmemente a afirmação do senhor presidente “Para já, o diálogo com o Ministério da Educação está retomada e a obra vai avançar”, citada igualmente na notícia do site do Município.

O diálogo e as negociações com a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação e membros do seu gabinete nunca foram interrompidos pelo Município de Castro Verde.

Aconteceu sim, que pela ausência de resposta do ME às diversas comunicações e pedidos de reunião por parte da autarquia com titulares do seu gabinete (a pretexto do período eleitoral autárquico – seria?), houve uma “suspensão de facto das negociações iniciadas da qual não temos qualquer responsabilidade.

Agora, pelos vistos, essa suspensão foi levantada. O que nos importa menos é a “paternidade” das ideias ou os “direitos de autor”. Queremos sim encontrar a melhor solução.

Antecipadamente gratos, apresentamos os melhores cumprimentos.”

Assunto: Abate de eucaliptos:

“Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, tomaram conhecimento, através de notícia publicada no site do Município com data de 12/012/2018 que a autarquia tinha promovido “... várias intervenções de corte de eucaliptos em S. Marcos da Ataboeira e Entradas”.

Sendo do conhecimento público a estratégia promovida pela CDU, nos longos anos que assumiu a liderança da Câmara Municipal, no sentido da plantação diversificada de árvores e arbustos nos vários aglomerados do nosso concelho, dispensando-os, aqui e agora, de desenvolver detalhadamente as razões e fundamentos de tal estratégia, tal iniciativa suscitou-nos alguma dúvidas:

Assim, questionamos:

- a) Foram efetuados os diagnósticos às árvores em causa e elaborados os respetivos relatório técnicos? Por quem e quais as suas habilitações?
- b) Foram estudadas e ponderadas as alternativas possíveis ao abate total das árvores?

Antecipadamente gratos, apresentamos os melhores cumprimentos.”

Assunto: Utilização de herbicidas:

“Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, questionam o senhor presidente da Câmara Municipal se é verdade a realização de várias intervenções de em passeios e vias públicas com o recurso à utilização de herbicidas.

Se for o caso, quais os produtos utilizados?

Se for o caso, qual o técnico responsável pela aplicação ?

Gostaríamos ainda de ter acesso à licença de aplicação emitida pela DGVA – Direção Geral de Agricultura e Veterinária.

Antecipadamente gratos, apresentamos os melhores cumprimentos.”

Reparou o mesmo Vereador que ainda não lhe foi facultada a listagem das obras municipais candidatas a comparticipação de fundos comunitários e inscritas no Orçamento Municipal do ano corrente, conforme pormenorizou.

Alertou para o facto de não ter sido publicitada a decisão tomada com do tarifário de água, saneamento e resíduos para o ano corrente.

Lembrou ainda o Sr. Vereador Francisco Duarte que ainda não lhe foi facultada a ponderação do executivo do parecer da ERSAR sobre a fixação do tarifário de consumo de água, saneamento e resíduos, para o ano corrente.

O Sr. Presidente da Câmara tomou a devida nota dos assuntos colocados pelo Sr. Vereador Francisco Duarte.

Interveio a seguir o Sr. Vereador António João Colaço questionando mais uma vez sobre a nomeação do Técnico do Gabinete Técnico Florestal, tendo em conta que as suas funções nesse cargo terminaram no dia 31 de Dezembro findo, tendo o Sr. Vereador David Marques informado que já foi oficiada a respetiva substituição.

Alertou para o surgimento de ratos nas ruas paralelas à Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, e daí sugerir a realização de uma nova desratização.

Lembrou ainda o Sr. Vereador que continua o resolver o problema do poste de iluminação pública, com a porta de acesso aos fusíveis partida, existente na Av. de Lisboa, em Castro Verde.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do “E-mail” da Assembleia Municipal da Guarda, sobre o “Movimento pelo Interior – em nome das coesão.”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 29 de Dezembro de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	8.968.169,61 €
Soma	9.581.703,25 €
Despesas realizadas	9.396.033,90 €
Saldo em 29.12.2017	185.669,35 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	763.279,73 €
Soma	985.468,05 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	734.020,21 €
Saldo em 29.12.2017	251.447,84 €

- Disponibilidades

Caixa	4.391,85 €
Fundos de Maneio	
Instituições Bancárias	432.725,34 €
Total das disponibilidades em 29.12.2017	437.117,19 €
Documentos	21.285,08 €
Total de movimentos de tesouraria em 29.12.2017	458.402,27 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 29 de Dezembro de 2017: 697.763,23 €, conforme relação anexa.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria à data de 29 de Dezembro findo, assim como do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Dezembro.

2. - Ratificação da 1ª. alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano – 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2018, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Considerando que a sua aprovação reveste de caráter de urgência aprovo ao abrigo do nº.3 do artigo 35º da referida Lei a Alteração nº.1 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e

Gop,s) e proponho que a Câmara Municipal de acordo com o preceito legislativo, ratifique a aprovação na próxima reunião.”

Posto isto, o Sr. Presidente da Câmara prestou informação complementar sobre a alteração orçamental efetuada, nomeadamente no reforço de verbas para a realização de estágios e para execução das empreitadas da EM 508 e do CM 1139, uma vez que o empréstimo contratado é insuficiente.

O Sr. Vereador Francisco Duarte alertou para o facto que, no caso da execução das empreitadas, devia ter sido lançado esse compromisso no Orçamento para 2018 e como já havia alertado tal não foi assegurado, tratando-se, por isso, em sua opinião de um erro orçamental, e questionou se as verbas agora inscritas cobrem os compromissos assumidos.

Perante as dúvidas colocadas, solicitou o Sr. Presidente da Câmara a presença do Sr. Chefe da Divisão de Administração e Finanças, tendo o mesmo informado pormenorizadamente o raciocínio e as explicações técnicas que levaram à elaboração da presente alteração orçamental.

Apreciada a proposta de alteração ao Orçamento e Opções do Plano, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, ratificá-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3.- Ratificação da decisão do aumento temporário dos fundos disponíveis com a utilização do saldo de operações orçamentais:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o seguinte despacho que proferiu sobre a decisão do aumento temporário dos fundos disponíveis com a utilização do saldo de operações orçamentais:

“São considerados fundos disponíveis, entre outros, o saldo transitado do ano anterior, cuja utilização tenha sido autorizada, isto conforme determina o art.º 5º/3-a) do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de Junho;

Consta no mapa de Fluxos de Caixa e no Resumo Diário de Tesouraria, a 31 de Dezembro de 2017 (doc. Anexo I), um saldo de operações orçamentais, no montante de **185.669,35 €**;

Considerando que, aos compromissos transitados de 2017, acrescem os compromissos de despesas certas e permanentes do 1º. semestre de 2018, para que haja fundos disponíveis, torna-se necessário adicionar o saldo das operações orçamentais que transitaram do ano de 2017.

Permite-nos o legislador, segundo o disposto no art.º 4º das Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), a título excecional acrescentamos aos fundos disponíveis, outros montantes desde que expressamente autorizados, pelo Órgão Executivo, conforme o disposto no art.º 4º/1 c) da mencionada Lei;

Assim, face ao exposto, determino ao abrigo do disposto no art.º 35º/3 da Lei nº..75/2013, de 12 de Setembro, o aumento temporário dos fundos disponíveis com a utilização do saldo de operações orçamentais, no valor de **185.669,35 €**, a acrescer aos restantes montantes para cálculo dos fundos disponíveis.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente sobre o assunto em título.

4. - Início de procedimento para a contratação de empréstimo bancário a médio e longo

Prazo:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“À altura, no quadro da preparação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016, por proposta do Senhor Presidente das Câmara, datada de 14 de setembro de 2015, ao Órgão Executivo e Assembleia Municipal, foi aprovado, respetivamente em 16 e 29 de setembro de 2015, a contratação de um empréstimo para fazer face a vários investimentos, conforme consta da mesma, com um valor aproximado de 1.600.000,00 €, a contratar em dois momentos distintos (cf. doc. anexo).

1º.- Empréstimo a contratar em 2015/16, no montante de cerca de 900.000,00 €, a utilizar em 2016 e 2017; e,

2º.- Empréstimo a contratar em 2016/17, no montante de cerca de 700.000,00 €, a utilizar em 2018/2019, que não chegou a ser contratado;

3º. - O primeiro deles que foi solicitado, pelo valor previsto de 900.000,00 €, e após consultas efetuadas a vários Bancos, contratado à Caixa Geral de Depósitos, foi visado pelo Tribunal de Contas em Sessão Diária de Visto da 1ª. Secção de 24 de Junho, destinando-se a cinco projetos de investimento a saber:

- Estações de Elevação e Tratamento de Águas Residuais – 120.000,00 €;
- Remodelação da Rede de Águas de Castro Verde – 200.000,00 €;
- Pavilhão Desportivo de Castro Verde – 120.000,00 €
- Rede Viária: EM 508 (Castro Verde – EN2) Santa Bárbara de Padrões – 400.000,00 €
- Rede Viária: CM 1139 (Santa Bárbara – EM 508) – limite 60.000,00 €.

4º.- Destes projetos, dois deles, concretamente as estradas (EM 508 e CM 1139), que estão adjudicados pelo valor total de 1.372.519,39 €, tendo deste valor garantido através do primeiro empréstimo apenas do total do investimento, 460.000,00 €, valor muito pequeno para aquilo que é o investimento em causa, dado que os mesmos não têm qualquer financiamento comunitário.

5º. - Mais ainda temos nas Opções do Plano, concretamente no PPI, para um conjunto de obras que queremos iniciar e são elas:

- Ampliação do Cemitério Municipal – 100.000,00 €;
- Remodelação de instalações elétricas do Estádio Municipal – 65.000,00 €;
- Zona das Atividades Económicas – 150.000,00 €;
- Rede de águas – 250.000,00 €.

6º. - Para além destes projetos, temos ainda um conjunto deles aprovados, que resultam da operação **PEDU**, com um financiamento comunitário de 85%, faltando os restantes 15%, valor este a suportar pela Autarquia, que não dispomos, e são eles:

- A regeneração Urbana de Castro Verde – 38.250,00 €;
- O Corredor pedonal na Rua Morais Sarmiento – 38.250,00 €;
- O Corredor pedonal na Rua D. Afonso Henriques – 29.962,50 €;
- A requalificação do espaço público – Largo Vítor Prazeres – 12.750,00 €;
- O Parque Comunitário (2ª fase) – 82.875,00 €;
- O Centro Coordenador de Transportes – 22.025,25 €.
- O Centro de Artes e Ofícios – 95.625,00 €.

7ª. Assim, face ao exposto, e nos termos do disposto no art.º 51º da Lei nº. 73(2013, de 3 de setembro, proponho a contratação do 2º empréstimo inicialmente previsto no valor de 700.000,00 €, por um montante um pouco acima desde, ou seja 1.175.000,00 €, como forma de conseguirmos a realização de todos os investimentos constantes no Plano Plurianual de Investimentos, a ser distribuído da seguinte forma:

- a) **Rede Viária: EM 508 e CM 1139 (ponto 3) – 300.000,00 €.**
- b) **Projetos inscritos no PPI, não participados (ponto 5) – 565.000,00 € e**
- c) **Projetos aprovados na operação PEDU (ponto 6) – 310.000,00 €, valor respeitante aos 15% de encargos das Autarquia com o investimento em causa. “**

Posto isto, prestou o Sr. Presidente da Câmara em termos gerais o presente pedido de procedimento para a contratação do empréstimo em causa.

A seguir interveio o Sr. Vereador Francisco Duarte que começou por lembrar a posição dos eleitos do Partido Socialista em anos anteriores em que quando se tratava da necessidade de contratação de empréstimos ligavam-na sempre à má gestão e ao despesismo da CDU, abstinham-se sistematicamente na votação da respetiva decisão e na prática demonstravam e propagandeavam sempre a sua posição contra.

A seguir fez uma análise dos diferentes itens da presente proposta e concluiu alertando para o facto de não especificar o prazo de utilização e amortização do empréstimo e respetivo período de carência assim como da informação sobre a capacidade de endividamento da autarquia que, em seu entender, são obrigatórios.

Perante as dúvidas colocadas, solicitou o Sr. Presidente da Câmara a permanência do Sr. Chefe da Divisão de Administração e Finanças, tendo o mesmo informado que nesta fase trata-se de uma prévia apreciação/consulta junto do órgão executivo e posterior junto do órgão deliberativo sobre a intenção da contratação do empréstimo em causa.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Justificaram os eleitos da CDU a sua abstenção com a seguinte declaração de voto:

“A CDU absteve-se nesta votação afirmando, mais uma vez, a coerência política e o grande sentido de responsabilidade perante a população e o progresso do concelho de Castro Verde que sempre assumiu ao longo dos anos nas suas intervenções.

A CDU reserva-se, em sede da apreciação desta proposta na Assembleia Municipal, de proceder a uma análise mais desenvolvida sobre a forma do PS gerir a Câmara Municipal e a conclusão a que

chegaram hoje da necessidade deste empréstimo, já preconizado e por nós proposto em Setembro de 2015.”

5. – Emissão de parecer prévio para a contratação de auditoria externa às contas do Município no quadriénio 2014/2017:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara o pedido de parecer prévio, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 61º da Lei nº.114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a celebração de um contrato de aquisição de serviços de auditoria externa às contas do Município, no quadriénio 2014/2017, por ajuste direto (regime geral), com Oliveira, Reis & Associados, SROC Ld.ª, pela valor de 20.000,00 €, acrescidos de IVA.

Interveio o Sr. Vereador Francisco Duarte solicitando que lhes fosse facultado os termos de referência ou o caderno de encargos referentes à aquisição de serviços em causa.

Facultados que foram os termos de referência, considerou o mesmo Vereador que os termos da mesma contratação são “curtos” e alertou que se pode verificar, relativamente a alguns itens, uma questão deontológica delicada, uma vez que a Câmara Municipal já tem contratada uma outra empresa que presta este serviço e inclusive está agendada nos trabalhos desta reunião a renovação do respetivo contrato.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, emitir parecer prévio para a celebração da contratação de auditoria externa às contas do Município no quadriénio de 2014/2017.

Justificaram os Srs. Vereadores da CDU a sua abstenção não por estarem contra a realização de auditoria em causa mas por serem de opinião que são pouco detalhados os termos de referência da sua contratação

6.- Emissão de pareceres prévios para a renovação e celebração de contratos de aquisição de serviços:

Na sequência da fundamentação apresentada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, emitir pareceres prévios favoráveis, em conformidade com o disposto no nº.6 do art.º 61º da Lei nº.114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a renovação dos seguintes contratos de prestação de serviços, por ajuste direto (regime geral)

- Renovação:

- no âmbito de auditoria externa às contas do Município, com G. Marques, SROC Unipessoal Ld.ª, pela quantia anual de 9.000,00 €.
- no âmbito económico e financeiro, com Pocalentejo, Apoio Contabilístico, Fiscal, Informático e Formação Ld.ª, pela quantia mensal de 1.000,00 €.

Apreciou a Câmara igualmente o seguinte pedido de parecer prévio para a celebração do contrato de prestação de serviços, em regime de avença, na área de apoio à captação de investimento, com Tiago Filipe Mestre Mamede, pela quantia de 19.800,00 €, pelo período de 18 meses, tendo deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de prestação em causa.

7.- Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Melanie Colaço Bárbara, em representação da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde, para a realização de baile, das 20 horas do dia 12 até às 4 horas do dia 13 de Janeiro corrente, no Salão Polivalente da respetiva escola.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da referida licença especial de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras particulares:

1.- Projetos de arquitetura:

Apreciou a Câmara e, com base nos pareceres prestados pelo Gabinete de Gestão Urbanística deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar os seguintes projetos de arquitetura:

- de M. Tomé – Construções Ld.^a. para construção de habitação unifamiliar na Rua Eugénio de Andrade, lote 19, em Castro Verde (Proc.º.nº.17/2017)
- da SOMINCOR, para construção de edifício destinado à expansão da exploração do zinco, no Couto Mineiro de Neves Corvo (Proc.º. 39/2017).

2.- Comunicação prévia nos termos do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 19/9:

Tomou a Câmara conhecimento da comunicação prévia apresentada, nos termos da legislação acima referida, por Fábio Manuel da Silva Medeiro, para efeitos de aprovação e decisão final sobre o projeto de construção de um armazém agrícola no Monte das Piçarras, na União de Freguesia de Castro Verde e Casével (Proc.º. nº.40/2017).

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

- **Concessão de subsídio à Associação de Atletismo de Beja:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“No âmbito da realização do 8º. Meeting de Atletismo Jovem de Castro Verde, organização da Câmara Municipal de Castro Verde em parceria com a Associação de Atletismo de Beja, tendo em conta o papel importante de promoção da atividade desportiva e da modalidade na região, e a divulgação de Castro Verde enquanto destino de eventos e de prática desportiva, proponho a atribuição de um apoio de 850,00 €, à Associação de Atletismo de Beja para fazer face a despesas inerentes à realização do evento.

Submetida a votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à referida Associação de Atletismo o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 13,00 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.